

Sumário

Número de notícias: 17 | Número de veículos: 8

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Fisco endurece regras 3

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Meta opta por caminho perigoso ao enfraquecer combate à desinformação - MERCADO S/A
..... 6

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Arrecadação cresce 11,2% 8

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Novembro fecha com arrecadação de R\$ 209 bi 10

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Fim das compensações da 'tese do século' vai trazer alívio fiscal 11

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Carga tributária recuou 0,9 ponto em 2023 13

G1 - NACIONAL
SEGURIDADE SOCIAL

Nanoempreendedores: entenda regras e tipos negócios que ficam isentos na reforma tributária
..... 14

O ESTADO - FORTALEZA - CE - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Brasil em 2025: enfrentando obstáculos e construindo oportunidades (Artigo) 17

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Exclusivo: a roleta predatória das apostas eletrônicas em 2024 - CAPITAL S/A 18

O ESTADO DE S. PAULO - INTERNACIONAL
ECONOMIA

Trump cogita usar força para anexar Canal do Panamá e Groenlândia 19

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Para Haddad, País vai chegar bem a 2026 21

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Governo estuda regra mais dura para gasto público 22

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Haddad prevê alta de 3,6% no PIB e déficit primário de 0,1 % 23

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Milei busca destravar a economia da Argentina 25

Quarta-Feira, 8 de Janeiro de 2025

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
ECONOMIA

Salto nas importações eleva déficit comercial dos EUA..... 27

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

Reprovação a atos de 8/1 mostra solidez da democracia (Editorial).....28

VALOR ECONÔMICO - SP - AGRONEGÓCIOS
ECONOMIA

PIB do agro deve voltar a crescer em 2025.....30

Fisco endurece regras

RAFAELA GONÇALVES

Desde o início do mês, está em vigor uma nova diretriz da **Receita Federal** relacionada ao sistema de pagamentos instantâneos.

O Fisco endureceu as regras de monitoramento de transações via Pix e cartão de crédito.

Assim, todas as transferências que ultrapassarem o valor de R\$ 5 mil deverão ser reportadas ao Leão.

Bancos e fintechs deverão enviar relatórios semestrais ao órgão do Ministério da Fazenda sempre em agosto ou fevereiro, imediatamente após o fechamento do semestre. No caso das empresas, as transações acima de R\$ 15 mil também se enquadram nessa nova regra. O envio dos dados será feito pelo sistema e-Financeira, já disponibilizado pelo Fisco.

A mudança visa combater a evasão fiscal e dar maior controle às operações financeiras, de acordo com a Receita.

"As medidas visam aprimorar o controle e fiscalização das operações financeiras, garantindo uma maior coleta de dados", diz nota do órgão. "Além disso, reforçam os compromissos internacionais do Brasil no âmbito do Padrão de Declaração Comum (CRS), contribuindo para o combate à evasão fiscal e promovendo a transparência nas operações financeiras globais", informa.

Para o tributarista Guilherme Di Ferreira, do Lara Martins Advogados, embora seja inegável a importância da transparência nas operações financeiras, é necessário questionar até que pontos tais medidas, focadas em valores relativamente baixos, atacam efetivamente grandes esquemas de sonegação fiscal.

"Muitas vezes, o foco recai sobre o contribuinte médio, enquanto as operações financeiras de alta complexidade ou realizadas em estruturas internacionais permanecem menos monitoradas", avalia.

As movimentações que excederem esse limite serão reportadas de forma obrigatória ao órgão responsável pela arrecadação de **impostos** no Brasil. Entretanto, a Reórgão esclarece que essas mudanças não implicam em novas cobranças ou tributações sobre as transações via Pix ou cartão de crédito.

As transferências continuam isentas de tarifas para pessoas físicas, exceto em casos específicos já previstos anteriormente.

Para pessoas jurídicas, as condições de cobrança permanecem as mesmas. Apesar disso, os usuários devem estar atentos às suas movimentações financeiras, especialmente aqueles que realizam transações de valores elevados, para evitar possíveis inconsistências fiscais.

Cuidado com o Leão

Apesar disso, o tributarista acredita que isso pode, sim, tornar mais caras as tarifas para o cliente. "Na prática, a mudança adiciona mais uma camada de obrigações para as instituições financeiras e operadores de pagamento, o que pode encarecer os serviços para o consumidor final", destaca Di Ferreira.

Ele afirma que a mudança também reforça a necessidade de atenção redobrada por parte do contribuinte na hora de declarar informações no Imposto de Renda.

"Especialmente no que diz respeito aos índices de informações entre sua transferência financeira e a declaração de Imposto de Renda. A automatização no envio de dados pela e-Financeira não apenas amplia a fiscalização, mas potencializa a possibilidade de erros ou interpretações equivocadas por parte do Fisco", alerta.

O impacto direto para o consumidor é o aumento da exposição fiscal e a maior probabilidade de ser chamado para complicações financeiras. "Embora a **Receita Federal** argumente que as regras têm foco em valores elevados, o limite de R\$ 5 mil não é tão alto quando consideramos o volume acumulado de transações, como o pagamento de aluguéis ou compras pontuais de bens de consumo", destaca Di Ferreira.

De acordo com o advogado, uma recomendação prática, para os usuários de Pix e cartões de crédito, é evitar movimentações frequentes de valores expressivos sem que haja documentos que sustentem a origem e especificamente dos recursos.

"Além disso, reforça-se a importância de manter uma contabilidade e parte financeira organizada, mesmo para pessoas físicas, de modo a facilitar a

comprovação em eventual questionamento pela Receita", complementa o tributarista.

[49/08-01-2025.html?all=1](#)

Grande contribuinte

Além de apertar as regras para a fiscalização de transações, a Receita diminui os valores para um brasileiro ser considerado "grande contribuinte", sinalizando um recrudescimento da fiscalização. De acordo com a portaria 505/2024, publicada no apagar das luzes de 2024, a categoria considera a pessoa física com rendimentos maiores ou iguais a R\$ 15 milhões ou tenha bens e direitos maiores ou iguais a R\$ 30 milhões.

Anteriormente, esses valores eram de R\$ 20 milhões e R\$ 40 milhões, respectivamente.

Ao ser considerado um grande contribuinte, a pessoa passa a ter uma fiscalização mais próxima da Receita, com um departamento dedicado a acompanhar sua vida financeira. A medida, vista como parte de uma estratégia para aumentar a carga tributária sobre as camadas mais ricas, vem em linha com a recente tributação de 15% das offshores -investimentos e aplicações localizadas fora do país de origem do investidor.

Apesar de aumentar a lupa sobre a tributação do topo da pirâmide, Eduardo Natal, presidente do Comitê de Transação Tributária da Associação Brasileira da Advocacia Tributária (Abat), avalia que a mudança traz implicações econômicas e pode afetar o comportamento dos investidores no Brasil.

Segundo ele, a redução dos limites pode levar à migração de residência fiscal de investidores para países com menor carga tributária. "Essa intensificação da fiscalização pode levar alguns contribuintes a considerarem mudanças de residência fiscal. No entanto, é importante lembrar que o residente fiscal no Brasil deve prestar contas à **Receita Federal** pela universalidade de sua renda", afirma.

"Isso significa que qualquer rendimento obtido no exterior deve ser declarado ao Fisco brasileiro e, nos casos previstos em lei, está sujeito ao pagamento de imposto de renda sobre os rendimentos do capital ou do trabalho", acrescenta Eduardo Natal.

Quanto à preocupação com a privacidade e a liberdade econômica, ele reforça que a relação entre Fisco e contribuintes deve ser baseada no princípio do serviço e da cooperação.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/68>

Fique de olho

A Receita Federal vai monitorar as movimentações do pix e do cartão de crédito acima de R\$ 5 mil. Entenda as mudanças



O QUE MUDA COM AS NOVAS REGRAS?

De acordo com a Instrução Normativa RFB nº 2.219/24, as instituições financeiras, incluindo operadoras de cartões de crédito e instituições de pagamento, são obrigadas a reportar à Receita Federal as seguintes movimentações mensais:

- | | | | | |
|---|---|---|---|--|
| ■ Pessoas físicas (PF):
transações que, somadas,
ultrapassem R\$ 5 mil no mês. | ⋮ | ■ Pessoas jurídicas (PJ):
transações que excedam
R\$ 15 mil mensais. | ⋮ | ■ Anteriormente, apenas bancos tradicionais
tinham essa obrigação. Agora, a exigência
estende-se a todas as instituições de pagamento,
incluindo bancos digitais e aplicativos financeiros. |
|---|---|---|---|--|

COMO SERÁ FEITA A PRESTAÇÃO DE CONTAS?

As informações serão enviadas semestralmente por meio do sistema eletrônico e-Financeira, parte do Sistema Público de Escrituração Digital (Sped). Os prazos para o envio são:

- | | | |
|--|---|--|
| ■ Até o último dia útil de agosto: referente às movimentações do primeiro semestre do ano. | ⋮ | ■ Dessa forma, as primeiras informações sobre as novas regras de transações de Pix e cartão de crédito deverão ser apresentadas até o final de agosto de 2025. |
| ■ Até o último dia útil de fevereiro: referente às movimentações do segundo semestre do ano anterior. | ⋮ | |

GRANDE CONTRIBUINTE

O Fisco também editou uma portaria que diminui os valores para um brasileiro ser considerado "grande contribuinte", endurecendo a fiscalização.

Como era

Pessoa física com rendimentos maiores ou iguais a R\$ 20 milhões; bens e direitos maiores ou iguais a R\$ 40 milhões; ou ter operações em renda variável maiores ou iguais a R\$ 20 milhões.

Como fica

Pessoa física com rendimentos maiores ou iguais a R\$ 15 milhões; bens e direitos maiores ou iguais a R\$ 30 milhões; ou ter operações em renda variável maiores ou iguais a R\$ 15 milhões.

Fonte: Receita Federal.

Meta opta por caminho perigoso ao enfraquecer combate à desinformação - MERCADO S/A

AMAURI SEGALLA

A decisão da Meta, dona do Facebook, do Instagram e do WhatsApp, de acabar com o sistema de checagem de fatos e reproduzir o modelo adotado pelo X (antigo Twitter) - bem mais permissivo com todo tipo de conteúdo, seja político ou comportamental - levanta preocupações sobre o que poderá ser publicado nas redes sociais da empresa. Significa que está tudo liberado, inclusive postagens que incitam a violência ou disseminam preconceitos? É permitido espalhar informações falsas? Para os defensores da ideia, não custa lembrar: crianças e jovens também terão acesso a conteúdos questionáveis, e não é difícil imaginar o impacto que isso terá na vida das pessoas. A justificativa da Meta, de que sistemas complexos de moderação resultaram em censura excessiva, parece mais um discurso político do que uma explicação razoável. Ao enfraquecer as defesas contra a desinformação, a companhia abre um caminho perigoso.

**

McDonald's recua em políticas de diversidade

Mais uma corporação global cancelou seus programas de diversidade. A rede McDonald's vai parar de pedir a fornecedores que se comprometam com políticas de equidade, além de retirar-se de pesquisas externas que calculam os índices de diversidade corporativa. Empresas como Google, Microsoft e Walmart seguiram pelo mesmo caminho.

Elas estão em sintonia com o presidente eleito dos Estados Unidos, Donald Trump, que prometeu erradicar do governo as práticas voltadas para a promoção da diversidade.

**

R\$ 209,2 BILHÕES Foi a soma da arrecadação federal em novembro. Segundo a **Receita Federal**, trata-se de um crescimento real (descontando a **inflação** do período) de 11% versus o mesmo mês de 2023.

**

Caixa e bancos privados aumentam taxas de crédito imobiliário

Com os juros nas alturas - sem sinal de que deverão cair no futuro próximo -, a tendência é de que fique mais difícil comprar um imóvel em 2025. Principal motor desse mercado, a Caixa anunciou o aumento dos juros para o crédito imobiliário. A linha de crédito corrigida pela Taxa Referencial (TR), que tinha taxas a partir de 8,99%, iniciará, agora, em 10,99% ao ano. Já a linha ajustada pela poupança terá juros iniciais de 4,12%, ante 3,10% anteriormente. Instituições privadas também estão aumentando as suas taxas.

**

Getty Images e Shutterstock se unem em resposta à era da inteligência artificial

O avanço notável dos recursos da inteligência artificial, capazes de gerar imagens a partir de comandos dados por humanos, obrigou duas das maiores empresas de fotografia do mundo a unir forças para enfrentar a nova realidade.

Ontem, a Getty Images e a Shutterstock anunciaram a fusão de suas operações. O acordo dará origem a uma gigante com valor de mercado de US\$ 3,7 bilhões e receitas anuais de US\$ 2 bilhões. Com a parceria, as empresas planejam reduzir custos e aumentar a lucratividade.

**

Os algoritmos das redes sociais são como espelhos que refletem o pior de nós"

Tristan Harris, cientista da computação americano e ex-funcionário do Google

**

RAPIDINHAS

O mercado de bets está prestes a iniciar uma fase de consolidação.

Nesta semana, a Multibet, empresa do grupo mineiro Multicap, comprou a rival Elisa. bet e admitiu que novas aquisições deverão ocorrer nos próximos meses. Registre-se que, desde 1º de janeiro, apenas 66 bets das 10 mil que existiam no Brasil foram liberadas para atuar no país.

A empresa de sucos Tial adquiriu, por valores não revelados, a empresa Do Bem, que pertencia à cervejaria Ambev. Fundada em 2009, a Do Bem é especializada na produção de bebidas sem conservantes. A Tial tem uma história curiosa: foi fundada dentro da Universidade de Viçosa, em Minas Gerais, por um professor.

Agora é oficial: o Brasil encerrou 2024 com a marca recorde de 6,6 milhões de turistas estrangeiros, o que representou um avanço de 13% em comparação com 2023, conforme dados da Embratur. Os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Rio Grande do Sul foram as principais portas de entrada dos visitantes do exterior.

As pequenas e médias empresas movimentaram R\$ 4,7 bilhões no comércio on-line em 2024, um acréscimo de 42% em relação a 2023. De acordo com a plataforma de comércio eletrônico Nuvemshop, o volume de itens vendidos cresceu em ritmo maior - os 73 milhões de produtos representaram um aumento de 31% ante o ano anterior.

Site:

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/imprensa/6849/08-01-2025.html?all=1>

Arrecadação cresce 11,2%

FERNANDA STRICKLAND

A arrecadação do governo federal atingiu R\$ 209,2 bilhões em novembro de 2024, o melhor desempenho para o mês desde 2013, quando o montante arrecadado foi de R\$ 210,2 bilhões, conforme dados divulgados, ontem, pela **Receita Federal**.

O resultado representa um aumento real de 11,2% em relação ao mesmo período de 2023, quando a arrecadação foi de R\$ 188,1 bilhões, corrigida pela **inflação** oficial, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Esse crescimento reflete os esforços do governo para elevar as receitas públicas por meio de uma série de medidas fiscais e tributárias implementadas ao longo do ano passado, muitas das quais passaram por aprovação no Congresso Nacional. No acumulado até novembro, a arrecadação federal alcançou R\$ 2,4 trilhões, consolidando o impacto das medidas adotadas e evidenciando um ano de recuperação fiscal para o governo.

O aumento expressivo da arrecadação é peça-chave no plano do governo para equilibrar as contas públicas e alcançar a meta ambiciosa de zerar o déficit fiscal, que vem sendo registrado desde 2014. O aumento da arrecadação, combinado com um controle mais rigoroso das despesas, tem sido uma estratégia central para alcançar a estabilidade econômica em um cenário de desafios fiscais. O governo agora concentra esforços para sustentar o nível de arrecadação recorde em 2025, considerando a continuidade de medidas estruturais e o desafio de manter o equilíbrio fiscal em um ambiente de demandas crescentes por investimentos sociais e infraestrutura.

Especialistas apontam que o desempenho positivo na arrecadação é um passo importante para o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) reconquistar a confiança dos agentes financeiros e melhorar as perspectivas econômicas do país. No entanto, eles ressaltam a importância de medidas de longo prazo, como a **reforma tributária**, para assegurar um sistema mais eficiente e equitativo.

"Apesar do efeito estrutural de alguns desses dispositivos, importa notar que, excluídos fatores considerados atípicos pela Receita, o aumento das administradas entre janeiro e novembro seria de 7,7%, e não de 9,9%. A preços de novembro, por exemplo, a tributação do estoque de fundos exclusivos rendeu,

em 2024, R\$ 13 bilhões e a atualização de bens e direitos no exterior, R\$ 7,7 bilhões", explicou nota da equipe econômica da Warren Investimentos.

Contribuições

Segundo o economista da XP Investimentos Tiago Sbardelotto, as principais contribuições para o crescimento da arrecadação total de novembro (excluídas as receitas previdenciárias) foram as entidades financeiras (14,3%), o comércio atacadista (21,6%), os combustíveis (20,0%) e a fabricação de automóveis (23,4%). "Desde o início do segundo semestre de 2024, os setores mais sensíveis à atividade econômica e aos preços (como o comércio atacadista e a indústria) têm tido um peso crescente no aumento da arrecadação", afirmou.

De acordo com Sbardelotto, a arrecadação de **impostos** em novembro foi, mais uma vez, sustentada pelo aumento da **inflação**, da atividade econômica e pelo real mais desvalorizado frente ao dólar. "Chamamos a atenção para a recuperação da receita com Imposto de Renda Pessoa Jurídica/Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (IRPJ/CSLL), ambos relacionados aos lucros das companhias. Isso indica que as empresas conseguiram repassar os preços mais altos dos insumos aos consumidores graças à demanda mais forte, o que causa um aumento (temporário) nos lucros que pode ajudar na arrecadação de **impostos**", disse.

O economista da XP apontou ainda que a instituição estima que, para os próximos meses, a arrecadação de **impostos** deve continuar a aumentar substancialmente, uma vez que as condições econômicas permanecem inalteradas. Pelas projeções da instituição, a arrecadação tributária cresça 10% acima da **inflação** em 2024, atingindo um recorde histórico de R\$ 2,67 trilhões.

Site:

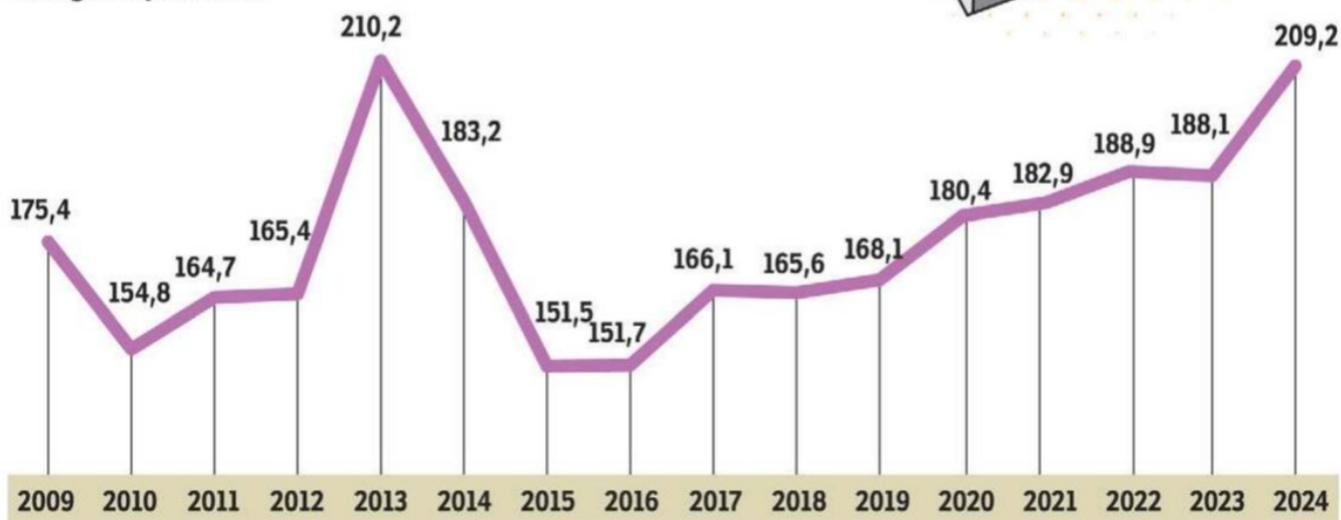
<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/imprensa/6849/08-01-2025.html?all=1>

Evolução

A arrecadação do governo federal em novembro de 2024 atingiu R\$ 209,2 bilhões, registrando o melhor desempenho para o mês desde 2013



Dados para os meses de novembro — Valores em R\$ bilhões, corrigidos pelo IPCA



Fonte: Receita Federal

Novembro fecha com arrecadação de R\$ 209 bi

GIORDANNA NEVES/BRASÍLIA

A arrecadação de **impostos** e contribuições federais somou R\$ 209,218 bilhões em novembro passado, com alta real (descontada a **inflação**) de 11,21% na comparação com o saldo de novembro de 2023. De acordo com os dados da **Receita Federal**, o resultado, em termos reais, foi o segundo melhor para o mês na série histórica, iniciada em 1995. Só perde para o de novembro de 2013 (R\$ 210,232 bilhões).

O resultado das receitas veio alinhado à mediana das estimativas das instituições ouvidas pelo Projeções Broadcast, que era de R\$ 209,6 bilhões. O intervalo das projeções variava de R\$ 148,6 bilhões a R\$ 227,3 bilhões.

Com esse resultado, a arrecadação federal acumulada em 2024 até novembro chegou a R\$ 2,391 trilhões. Segundo a Receita, esse foi o melhor resultado para o período na série histórica, com aumento real de 9,82% na comparação com os 11 primeiros meses de 2023.

Site: digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Fim das compensações da 'tese do século' vai trazer alívio fiscal

Estevão Taiar De Brasília

O fim das compensações tributárias decorrentes da chamada "tese do século" melhorará em aproximadamente 1 ponto percentual do Produto Interno Bruto (**PIB**) o resultado fiscal estrutural (RFE) do setor público consolidado. Os cálculos são da Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda e estão presentes no Boletim Resultado Fiscal Estrutural de 2023 e Prévia de 2024.

A "tese do século" foi aplicada em 2017, quando o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) não poderia fazer parte da base de cálculo do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da **Seguridade Social** (Co-fins). A decisão gerou, em valores da época, um passivo para o governo federal de aproximadamente R\$ 400 bilhões, que desde então vem sendo compensado principalmente por empresas. A **Receita Federal** projeta que o saldo remanescente do passivo, atualmente em R\$ 80 bilhões, terminará em 2025 ou em 2026.

"É um estoque que irá se esgotar", disse nesta terça-feira (7) a subsecretária de Política Fiscal da SPE, Débora Freire, em entrevista coletiva para comentar o boletim.

O documento do Ministério da Fazenda calcula, por exemplo, que, sem as compensações, o RFE estaria negativo em 0,53% do **PIB** no fim do terceiro trimestre do ano passado. O número é 0,88 ponto percentual do **PIB** maior do que o RFE efetivamente calculado pela **SPE** para o período, que ficou em 1,41 % do **PIB**.

O RFE é uma medida que exclui eventos fiscais não recorrentes do cálculo do resultado primário do setor público consolidado. Entre esses eventos, estão como arrecadações e despesas extraordinárias. A medida também retira do cálculo o efeito cíclico "derivado do nível de atividade econômica, das flutuações do preço internacional do barril de petróleo e do minério de ferro".

Em debate após a divulgação do boletim, o economista-sênior da LCA 4intelligence e pesquisador associado do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre), Bráulio Borges,

também destacou o impacto positivo que o fim dessas compensações terá sobre o RFE. Mesmo assim, ele calcula que será necessário um esforço fiscal adicional de aproximadamente 1 ponto percentual do **PIB**, por meio das despesas, das receitas ou de uma combinação das duas variáveis, para que a dívida pública se estabilize.

"Estamos muito aquém do resultado primário necessário para estabilizar a dívida", disse. "Ainda serão necessárias medidas adicionais por parte da União para chegarmos a esse mínimo."

Economista-chefe e sócio da Warren Brasil, Felipe Salto afirmou que diversos modelos apontam que o RFE está negativo em um patamar que vai de 1 % a 1,5% do **PIB**. Para ele, o esforço fiscal necessário para estabilizar a dívida pública será de algo entre 2,5 ponto a 3 pontos percentuais do **PIB**, "o que é bastante e irá requerer ações mais audaciosas".

Salto ainda disse que, do modo como foram estabelecidas pela legislação, as compensações decorrentes da "tese do século" vão na prática "se espalhar no tempo".

"Não é que estamos reduzindo o estoque, estamos jogando para a frente", disse. "Os efeitos fiscais virão ao longo do tempo."

Para o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Guilherme Mello, os números mostram que "estamos no caminho certo da consolidação fiscal", considerando tanto a direção quanto a intensidade do ajuste. Ele citou como exemplo a variação, entre o fim de 2023 e o terceiro trimestre do ano passado, do RFE de 2,14% do **PIB** para 1,41% do **PIB**, sempre em patamar negativo.

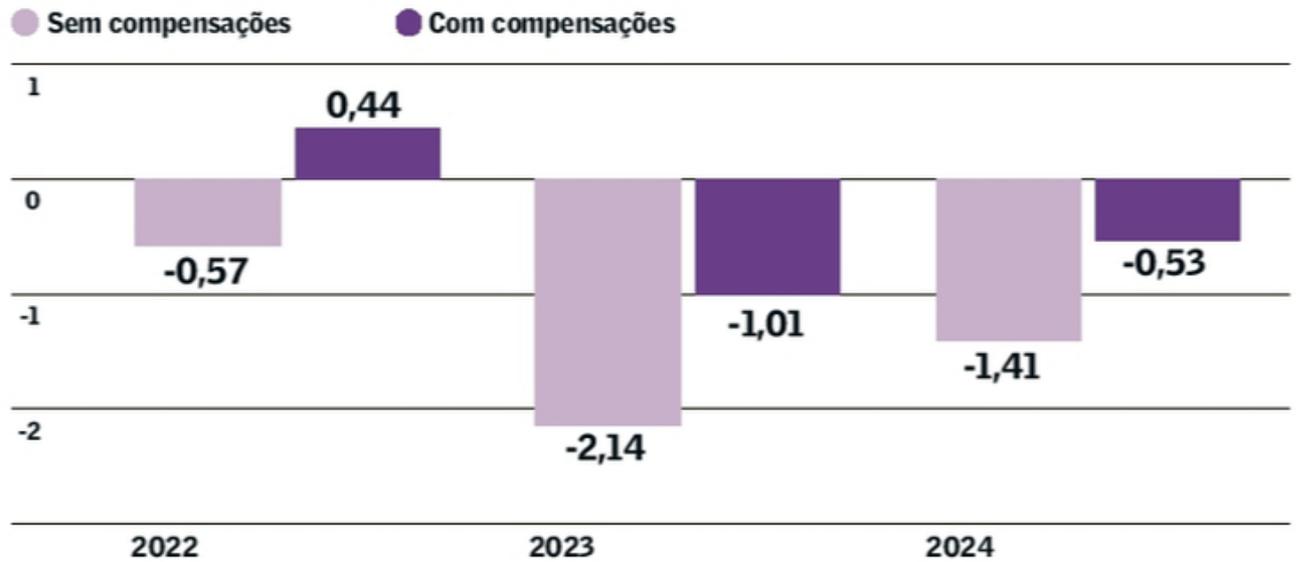
"Não estamos reduzindo estoque, estamos jogando para a frente" Felipe Salto

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188084?page=14§ion=1>

Resultado fiscal estrutural

Sem e com compensações da "tese do século" - em % do PIB



Fonte: Secretaria de Política Econômica

Carga tributária recuou 0,9 ponto em 2023

Jéssica Sant'Ana De Brasília

A carga tributária bruta do Brasil teve uma queda de 0,9 ponto percentual em 2023 na comparação com 2022, de acordo com dados da **Receita Federal** divulgados ontem (7).

Com isso, a carga passou de 33,01% do Produto Interno Bruto (**PIB**) em 2022 para 32,11% em 2023. Já o número fechado de 2024 será divulgado somente no fim deste ano.

Com exceção de 2020, que teve o resultado influenciado pelos efeitos da pandemia de covid-19, o valor da carga tributária em 2023 foi o menor desde o ano de 2015, quando ficou em 32,10% do **PIB**.

A carga tributária nada mais é do que a razão entre a arrecadação de **tributos** da União, dos Estados e dos municípios pela riqueza total do país.

Segundo a Receita, a queda registrada em 2023 é explicada pelo acréscimo em termos reais de 3,2% do **PIB** em 2023 (sempre na comparação com 2022) e de 0,4% da arrecadação tributária nos três níveis de governo (União, Estados e municípios).

Dentre os **tributos** federais, os que mais contribuíram para a redução da carga tributária foram o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), responsáveis por uma redução da arrecadação em 0,69 ponto percentual (p.p.) do **PIB**. Depois, aparecem as contribuições para o PIS/Pasep e para a Co-fins, com redução, juntos, de 0,10 p.p. do **PIB**.

Já os maiores aumentos de participação na arrecadação foram verificados no Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), com um acréscimo de 0,31 p.p. do **PIB**, e na Contribuição para a **Previdência Social**, em 0,08 p.p.

Quanto aos **tributos** estaduais, houve uma redução na arrecadação do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) de 0,47% do **PIB** em 2023.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188084?page=14§ion=1>

Nanoempreendedores: entenda regras e tipos negócios que ficam isentos na reforma tributária

Por Rafaela Zem, g1

A **reforma tributária** aprovada no fim de 2024 criou uma nova categoria de empreendimentos que será isenta da cobrança dos novos **impostos**: os nanoempreendedores.

Esse grupo será formado por pessoas físicas que operam em pequena escala e possuem uma receita bruta anual inferior a R\$ 40,5 mil.

Trabalhadores informais, como vendedores, ambulantes, jardineiros, cozinheiros, artesãos e agricultores familiares, são alguns dos exemplos que se enquadram nessa categoria.

Se sancionado da forma como está pelo presidente Lula, os nanoempreendedores não pagarão o Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual.

A ideia é garantir que pequenos empreendedores não sejam sobrecarregados com **impostos** que não conseguem pagar, evitando que continuem na informalidade.

Um passo importante para quem trabalha por conta está previsto no projeto de regulamentação da **reforma tributária** aprovada no fim de 2024. Foi criada uma nova categoria de empreendimentos que será isenta da cobrança dos novos **impostos**: os nanoempreendedores.

Esse grupo será formado por pessoas físicas que operam em pequena escala e possuem uma receita bruta anual inferior a R\$ 40,5 mil (metade do limite dos MEIs, os microempreendedores individuais).

????? Trabalhadores informais, como vendedores, ambulantes, jardineiros, cozinheiros, artesãos e agricultores familiares, são alguns dos exemplos que se enquadram nessa categoria. Profissionais autônomos em setores informais, como mototaxistas, também podem ser incluídos.

LEIA MAIS

Veja os principais pontos do 1º projeto de

regulamentação da reforma tributária. Mudanças agradam setor, mas preços de imóveis e aluguéis podem subir

Se sancionado da forma como está pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), os nanoempreendedores não pagarão o Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual criado pela **reforma tributária**, que entra no lugar do ICMS, ISS, PIS, Cofins e IPI.

A ideia é garantir que pequenos empreendedores não sejam sobrecarregados com **impostos** que não conseguem pagar, evitando que continuem na informalidade, explica o advogado tributarista Carlos Schenato.

A isenção, porém, não significa que esses negócios não pagarão nenhum imposto a partir de 2026, quando a reforma começa a entrar em vigor. Outros **tributos**, como contribuições previdenciárias e **impostos** sobre a propriedade, ainda podem ser cobrados.

?? Os Microempreendedores Individuais (MEIs) não se enquadram nessa nova categoria, pois o limite de receita bruta anual para MEIs é maior, até R\$ 81 mil, apesar de estarem no regime do Simples Nacional, que também unifica **impostos**.

Profissões vedadas de aderir ao regime do MEI, como advogados, arquitetos, contadores, dentistas, engenheiros, jornalistas, publicitários, médicos, psicólogos, entre outras, também não poderão se caracterizar como nanoempreendedores, pontua Luis Claudio Yukio, especialistas em direito tributário.

A situação é diferente com motoristas e entregadores de aplicativos, que poderão integrar a categoria, mas sob um regime especial. Devido aos elevados custos operacionais dessas atividades, apenas 25% do faturamento bruto será considerado como receita para fins de enquadramento.

Assim, para se qualificar, esses profissionais poderão ter um faturamento anual de até R\$ 162 mil, desde que os 25% correspondam a R\$ 40,5 mil ou menos.

Atualmente, os motoristas e entregadores enfrentam dificuldades com **impostos**, pois as regras não se adaptam bem às suas atividades, ressalta o advogado Leonardo Roesler.

Eles podem se formalizar como MEI, pagando uma taxa fixa mensal que inclui contribuições para o **INSS** e taxas locais, garantindo benefícios como aposentadoria e auxílio-doença. No entanto, muitos ultrapassam o limite de faturamento anual e precisam mudar para regimes mais complexos e caros.

Regime simplificado

O regime dos nanoempreendedores promete ser mais simplificado, com menos burocracia e foco na autodeclaração. Não será exigida a emissão de notas fiscais em todas as transações, reduzindo custos administrativos, afirma Roesler.

Outra diferença é que o nanoempreendedor não precisa registrar uma personalidade jurídica, atuando como pessoa física. Em contraste, o MEI e outras modalidades, como Empresário Individual (EI), exigem a obtenção de um CNPJ.

?? E qual sistema o governo utilizará para qualificar empreendedores como nanoempreendedores?

O controle será realizado por meio de sistemas integrados de cadastramento e monitoramento do faturamento anual dos empreendedores, explica Schenato.

É provável que o governo utilize plataformas digitais específicas para essa categoria ou otimize o sistema já existente para o MEI (Microempreendedor Individual).

Os nanoempreendedores deverão comprovar o limite de receita através de declarações periódicas. Além disso, ferramentas de cruzamento de dados com instituições financeiras e sistemas de arrecadação fiscal poderão ser implementadas para prevenir fraudes, pontua.

A **Receita Federal** já tem sistemas como o e-Social e o Portal do Simples Nacional, que podem ser adaptados para incluir esses nanoempreendedores.

Pontos de atenção

Em resumo, a criação da categoria de nanoempreendedores visa inclusão econômica e alívio da carga tributária.

Para Roesler, isso pode reduzir a informalidade, aumentar o consumo e a atividade econômica local, e

promover justiça fiscal ao isentar contribuintes com baixa capacidade econômica.

No entanto, a isenção pode gerar perdas fiscais e criar o efeito trava, em que os empreendedores evitam expandir seus negócios para não perder os benefícios fiscais, alerta o advogado.

O sucesso dependerá de mecanismos eficientes de controle, tetos realistas de faturamento e incentivos graduais para evitar o efeito trava. Se bem implementada, a categoria pode gerar benefícios sociais e econômicos, contribuindo para um sistema tributário mais justo, completa o advogado.

Entenda mais sobre a **reforma tributária**

A Câmara dos Deputados aprovou o projeto de regulamentação da **reforma tributária** em dezembro. Foram 324 votos a favor e 123 contra. A alíquota dos novos **impostos** unificados sobre o consumo deve ser de cerca de 27%.

O texto segue para sanção do presidente Lula, que pode vetar partes da proposta. Se houver vetos, o Congresso pode derrubá-los.

A regulamentação cria trilhas para a implementação do novo sistema de tributação, que será totalmente implantado até 2033, após uma transição gradual iniciada em 2026. No primeiro ano, não haverá cobrança dos novos **tributos**, apenas uma alíquota-teste.

Algumas das principais mudanças previstas na reforma são:

Unificar vários **impostos** sobre o consumo em dois principais: a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). Criar o Imposto Seletivo, também chamado de imposto do pecado, que incidirá sobre produtos considerados prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, como bebidas açucaradas, veículos automotores, bebidas alcoólicas e cigarros. Estabelecer alíquota zero para carnes, frangos e peixes e itens da cesta básica nacional. Tributar operações imobiliárias com CBS e IBS. Aluguéis abaixo de R\$ 240 mil anuais não serão tributados.

A **reforma tributária** prevê ainda uma trava para que a alíquota do IBS e CBS não supere 26,5%. Em 2031, o governo e o Comitê Gestor do IBS avaliarão a transição e, se necessário, ajustarão a alíquota.

A cada cinco anos, as regras serão revisadas e poderão ser ajustadas.

Site:

<https://g1.globo.com/empreendedorismo/noticia/2025/01/08/nanoempreendedores-entenda-regras-e-tipos-negocios-que- ficam-isentos-na-reforma-tributaria.ghtml>

Brasil em 2025: enfrentando obstáculos e construindo oportunidades (Artigo)

EDMAR XIMENES GEÓLOGO

O Brasil inicia o ano de 2025 com desafios significativos no campo político, especialmente no que diz respeito à relação entre o Executivo e o Congresso Nacional. Apesar das dificuldades impostas por um congresso majoritariamente conservador, que tem frequentemente atuado como um entrave à implementação de políticas públicas progressistas, o país também se depara com oportunidades concretas de crescimento e avanço.

Uma das questões centrais é a interferência do presidente da Câmara, Arthur Lira, no orçamento e na distribuição de recursos entre deputados e senadores. Este processo, frequentemente marcado pela falta de transparência, tem gerado preocupação não apenas entre parlamentares da oposição, mas também na sociedade civil, que cobra mais clareza e responsabilidade na gestão do dinheiro público. O uso nebuloso dos chamados "recursos de emendas" tem impactado negativamente a capacidade do governo de executar projetos que atendam às demandas da população.

Apesar desses desafios, o governo federal tem demonstrado resiliência. O Ministro da Justiça, Flávio Dino, tem emergido como uma figura-chave nesse cenário, trabalhando para combater os impactos negativos de processos pouco transparentes. Dino vem articulando medidas que buscam fortalecer a fiscalização e a gestão dos recursos, promovendo um ambiente mais responsável e eficiente para a administração pública.

Entre as possibilidades de crescimento para o país, destacam-se: O compromisso com a transição energética e projetos sustentáveis pode atrair investimentos internacionais, gerando emprego e promovendo avanços tecnológicos, levando o Brasil a patamares mais altos na geração de energia limpa. Somos potencialmente o país com melhores expectativas de crescimento neste setor.

Ampliar o acesso à educação de qualidade e aumentar os recursos para pesquisa e desenvolvimento pode posicionar o Brasil como um líder em inovação na América Latina, transformando a educação do país, alavancando o processo de crescimento da qualidade do setor.

Um outro aspecto, embora enfrentando resistências no Congresso, há uma janela para avançar com uma **reforma tributária** que reduza desigualdades e impulsione o setor produtivo. O que falta aqui ao governo, é ter uma maior qualidade na comunicação com a sociedade, que de forma geral não recebe com clareza, as ações do governo.

Incentivar a colaboração entre os setores público e privado pode destravar recursos para grandes projetos, beneficiando diversas regiões do país e esta postura tem sido constantemente colocada na mesa pelo presidente Lula, buscando entendimento com todos os políticos de vereadores a senadores, independente de partido, pois ele entende de forma muito clara, que é presidente de todos.

A construção de um diálogo mais produtivo entre o governo e o Congresso também é essencial para superar os entraves políticos. A mobilização da sociedade civil e a pressão por mais transparência e eficiência são elementos fundamentais nesse processo. O ano corrente pode ser um período de desafios, mas também de grandes transformações, desde que as lideranças políticas estejam dispostas a priorizar o interesse coletivo, com compromisso e responsabilidade, esquecendo as próximas eleições e seus projetos pessoais.

O Brasil tem potencial para crescer, inovar e reduzir desigualdades, mas o caminho para isso depende de um compromisso coletivo com a ética, a responsabilidade e a transparência. Apesar dos enfrentamentos, a esperança de avanços concretos permanece viva.

Site: <https://oestadoce.com.br/edicao-do-dia/08-01-2025/>

Exclusivo: a roleta predatória das apostas eletrônicas em 2024 - CAPITAL S/A

SAMANTA SALLUM

Estudo inédito aponta o tamanho do rombo na economia formal do país, em 2024, provocado pelas apostas eletrônicas, por meio das chamadas bets. O governo deixou de arrecadar **impostos**, as empresas do varejo perderam faturamento e a população se endividou, ficando inadimplente. O impacto foi medido pelo setor produtivo. Os números, aos quais a coluna teve acesso com exclusividade, impressionam. A estimativa do grupo Itaú Unibanco e do Banco Central é de que o gasto dos brasileiros com o cassino virtual foi de no mínimo R\$ 24 bilhões, podendo passar de R\$ 200 bilhões. O comércio nacional detectou que perdeu R\$ 100 bilhões, no ano passado, para os jogos on-line. Foi o que o setor deixou de faturar, porque o dinheiro que o consumidor iria usar para compras, até de produtos essenciais, foi desviado para as apostas.

Impacto econômico e social "O brasileiro está trocando coisas essenciais e fundamentais para a vida dele por conta de apostas. A gente, investigando, viu que, realmente, o excesso de apostas on-line esvaziou as lojas do varejo. Mudou o padrão de consumo. Isso é muito preocupante", disse o economista-chefe do CNC, Felipe Tavares, à coluna. Já foi detectado, por exemplo, que o dinheiro recebido por famílias dos programas sociais do governo federal é usado nas apostas.

Adin contra a regulamentação Entrou em vigor no dia 1º de janeiro a regulamentação do Ministério da Fazenda para a operação das bets no Brasil. O Ministério anunciou que 66 empresas foram autorizadas, gerando R\$ 2,01 bilhões em arrecadação de outorgas para o governo federal. Valor ficou abaixo da expectativa inicial, de R\$ 3 bilhões. A CNC entrou com uma Adin no STF contra a regulamentação. A entidade pede a proibição das apostas on-line. "Se brasileiro quer realmente apostar, avaliamos que o melhor seria então a liberação do cassino físico, que geraria empregos e mais arrecadação para o país, além de incentivar o turismo", defende a CNC.

Nos estados O maior impacto foi sofrido pelo estado de São Paulo, cujas empresas tiveram maior perda de faturamento com esse cenário. Roraima teve o menor. Das unidades da federação, o Distrito Federal está bem no meio do ranking.

Agenda da governança com prefeitos e um aceno para Celina Leão O ministro Augusto Nardes, do TCU, está rodando o país em agenda agitada com os prefeitos recém-empossados.

Esteve no Rio Grande do Sul apresentando palestras para a implantação da governança com os "10 passos para a boa gestão". Hoje está em Natal (RN) e depois segue para João Pessoa (PB). No Sul, ele foi novamente sondado a voltar à política. À coluna, ele contou que está mais empenhado em dar continuidade ao trabalho de transformar a boa governança uma realidade em todo o país. E até comentou sobre a política local de Brasília. "Eu até poderia ajudar Celina Leão nisso", disse, referindo-se à vice-governadora, pré-candidata ao GDF.

NO DISTRITO FEDERAL O impacto negativo no **PIB** De R\$ 388 milhões a R\$ 4 bilhões **Impostos** Deixou de arrecadar entre R\$ 28,7 milhões e R\$ 226 milhões Ed Alves/CB/D.A Press Divulgação Fragmentos de Lya Luft O Teatro Sesc Silvio Barbato vai reabrir suas portas totalmente revitalizado com um espetáculo inédito e emocionante. Nos dias 31 de janeiro e 1º de fevereiro de 2025, às 20h, o público terá a oportunidade de assistir gratuitamente à peça Delicadeza e Compaixão: Fragmentos de Lya Luft, estrelada pela atriz Julia Lemmertz.

Com direção de Antônio Gilberto, é uma celebração da obra de Lya (1938-2021), escritora e psicanalista que marcou a literatura com suas reflexões sobre a existência humana, as relações familiares e o papel da mulher na sociedade. A retirada de ingressos será uma vhora antes do início da sessão (sujeito a lotação).

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6849/08-01-2025.html?all=1>

Trump cogita usar força para anexar Canal do Panamá e Groenlândia

O presidente eleito dos EUA, Donald Trump, afirmou ontem que não descarta o uso de força militar para tomar o controle do Canal do Panamá e da Groenlândia. Em entrevista coletiva de 70 minutos em Palm Beach, na Flórida, o republicano disse que os dois territórios são vitais para a segurança do país.

"Não vou me comprometer com isso", disse Trump, quando perguntado se descartaria o uso de força militar nos dois casos. "Pode ser que a gente tenha de fazer algo. O Canal do Panamá é vital para o país e precisamos da Groenlândia para fins de segurança nacional." O desejo expansionista de Trump parece seguir sua mentalidade de tornar tudo o que controla tão grande quanto possível, remontando a uma série de aquisições que ele fez no final da década de 80. Nos últimos dias, ele tem falado repetidamente sobre a compra da Groenlândia e o domínio do Canal do Panamá.

O arroubo imperial de ontem veio com uma novidade: rebatizar o Golfo do México de "Golfo da América".

Trump, no entanto, não explicou de que forma ele poderia concretizar a mudança de nome, mas rapidamente mudou de assunto e passou a culpar o vizinho pela imigração ilegal.

"O México tem de impedir a entrada de milhões de pessoas no nosso país. Eles podem pará-los." CANADÁ. Trump também voltou a ameaçar o Canadá, dizendo que o país deveria ser um Estado americano, porque os canadenses são sustentados pelos EUA. Desta vez, no entanto, ele disse que não utilizaria a força militar para anexar o vizinho, mas que usaria ferramentas econômicas.

"Por que sustentamos um país com mais de US\$ 200 milhões por ano?", disse ele aos jornalistas. "As nossas Forças Armadas estão à disposição deles.

Eles deviam ser um Estado." O presidente eleito ameaçou reduzir as importações de produtos canadenses - ele prometeu também impor tarifas altas à Dinamarca, se ela não der a Groenlândia aos EUA.

Não ficou claro até que ponto o futuro presidente estava falando sério, mas seu filho Donald Trump Jr. desembarcou ontem na Groenlândia com o jato do pai, levando uma comitiva de empresários e aliados. O

filho de Trump garantiu que a visita era de cunho pessoal, que ele estava no território como "turista" e não pretendia se encontrar com nenhuma autoridade.

O primeiro-ministro da Groenlândia, Múte Egede, respondeu dizendo que o território "não está e nunca estará à venda". O premiê canadense, Justin Trudeau, também rejeitou a ideia de anexação. "Não há a menor hipótese de o Canadá vir a fazer parte dos EUA." Benjamin Gaden, diretor do programa de América Latina do Wilson Center, de Washington, disse que as ameaças de Trump são vazias.

"Se os EUA quiserem desrespeitar a lei internacional e agir como Vladimir Putin, podem invadir o Panamá e recuperar o canal", afirmou. "Mas ninguém veria isso como um ato legítimo e traria danos graves à imagem dos EUA, além de instabilidade à região." DIVAGAÇÕES. Na entrevista de ontem, o presidente eleito divagou ainda sobre outros assuntos, muitas vezes de maneira desconexa e incoerente. Ele reclamou da retirada apressada dos EUA do Afeganistão, criticou a forma como a Casa Branca de Joe Biden lidou com a guerra na Ucrânia e o conflito em Israel.

Trump, que toma posse no dia 20, também repetiu sua ameaça de não proteger os aliados da Otan, uma parte fundamental do pacto militar, se eles não aumentassem para 5% do PIB a fatia de gastos de cada um com a defesa - um patamar bem mais alto do que os 2% exigidos no seu primeiro mandato.

Em determinado momento, Trump falou durante mais de meia hora sem se concentrar em um único tema. Ele se queixou do foco de Biden nos carros elétricos. "Não sei o que acontece. Ele adora carros elétricos." Depois, ele reclamou de chuveiros que saem pouca água. "Eles ficam pingando, pingando, pingando. Então, temos de ficar dez vezes mais tempo no banho." ENERGIA DOS VENTOS. No fim, Trump tocou em um de seus assuntos preferidos: seu ódio às turbinas eólicas. "Elas estão enlouquecendo as baleias", afirmou o presidente eleito, que prometeu não instalar mais nenhuma instalação eólica durante sua presidência. I AP e NYT

Os principais alvos do futuro presidente Império americano "O Canal do Panamá foi construído para o nosso Exército. Ele é vital para o nosso país. Ele está

sendo operado pela China.

Mas nós demos o Canal do Panamá ao Panamá. Não o demos à China" | Canal do Panamá Trump se queixa das tarifas cobradas pelo Panamá e reclama que a China estaria operando a passagem.

"Precisamos da Groenlândia para fins de segurança nacional.

Há 45 mil habitantes lá. Essas pessoas nem sequer sabem se a Dinamarca tem ou não algum direito legal.

Mas, se ela tiver, deveria abdicar dele" | Groenlândia O presidente eleito não conseguiu comprar da Dinamarca o território estratégico, rico em recursos minerais.

Rei da Dinamarca muda brasão e dá espaço para territórios autônomos

O rei dinamarquês, Frederik X, chocou alguns súditos e historiadores ao alterar o brasão real para dar mais destaque à Groenlândia e às Ilhas Faroe, manobra vista como resposta aos avanços expansionistas de Donald Trump e uma clara tentativa de manter o território como parte autônoma da Dinamarca.

Há 500 anos, o brasão dinamarquês levava três coroas, símbolo da União de Kalmar, entre Dinamarca, Noruega e Suécia, entre 1397 e 1523. No entanto, na versão atualizada, as coroas foram retiradas e substituídas por um urso-polar e um carneiro, símbolos de Groenlândia e Ilhas Faroe, respectivamente. | AP

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Para Haddad, País vai chegar bem a 2026

AMANDA PUPO E FERNANDA TRISOTTO BRASÍLIA

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse ontem que a economia brasileira chegará ao fim de 2026 (último ano do mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva) "muito mais arrumada" que na situação herdada no início do governo se o plano da equipe econômica for efetivado, e com os brasileiros "comendo filé mignon".

"Se (o País) souber se beneficiar das vantagens competitivas que tem, nós temos a lei de inteligência artificial que passou pelo Senado, crédito de carbono que está sancionado, biocombustíveis, combustível do futuro, nova indústria do Brasil, programas bem estruturados para alavancar o desenvolvimento, eu acredito que nós podemos chegar bem em 2026, espero que até comendo filé mignon", disse ele, em entrevista dada à GloboNews.

A menção ao filé mignon veio a propósito de questionamento sobre se o governo encerraria sua gestão com picanha no prato do brasileiro, uma promessa feita por Lula ainda durante a campanha eleitoral.

A atual política econômica tem sido alvo de ataques de economistas e no mercado, por conta do aumento de gastos e do endividamento público.

Além disso, o pacote de contenção de despesas apresentado no fim de novembro pela equipe econômica foi visto como insuficiente para garantir maior sobrevida ao arcabouço fiscal.

Ao falar sobre as perspectivas para o País, Haddad afirmou que o governo entregará uma economia mais equilibrada "sem maquiagem, sem contabilidade criativa e sem calote".

Ele avaliou também que o Brasil está mais bem posicionado do que os vizinhos diante de um cenário internacional incerto, a depender das medidas a serem tomadas pelo futuro governo de Donald Trump, nos EUA. Ele destacou que o acordo entre Mercosul e União Europeia pode ser interessante para as perspectivas da região e mencionou a liderança do Brasil nesse processo.

Haddad reconheceu que a economia "sempre vai fazer a diferença em qualquer eleição" e que é importante cuidar de todos os indicadores o "tempo todo". "A economia sempre vai fazer a diferença em qualquer

eleição, é muito importante que ela seja bem cuidada o tempo todo, que nós sejamos diligentes em relação a isso, observemos cada indicador para tomar as medidas corretas, olhando para todos os lados, não olhando para um lado só", disse.

SUPERÁVIT. O ministro da Fazenda afirmou que, pelas contas do governo, o déficit primário de 2024 ficará em 0,1% do **PIB**, retirando os gastos com o Rio Grande do Sul. Incluídas as despesas para recuperar o Estado gaúcho, o rombo fechará em 0,37% do **PIB**.

O Congresso autorizou no ano passado que os recursos públicos usados na calamidade não sejam contabilizados para verificação do cumprimento da meta de primário, que mira déficit zero em 2024, com intervalo de tolerância de 0,25 ponto porcentual do **PIB**.

O número exato do resultado primário ainda depende do crescimento do **PIB** no ano passado, para o qual a Fazenda estima uma alta de 3,6%, afirmou Haddad. "A segunda casa depois da vírgula (do déficit) pode variar em virtude de o **PIB** ser maior ou menor. Hoje, a Fazenda estima crescimento entre 3,5% e 3,6%, e o mercado está com 3,4%", afirmou.

Haddad disse também que é preciso ajustar o Orçamento de 2025, para que a peça orçamentária que ainda precisa ser aprovada pelo Congresso seja adequada ao conjunto de medidas de contenção de gastos aprovado pelo Legislativo no ano passado.

"Então, haverá adequações na peça orçamentária e nós vamos ganhar um grau de liberdade que o ano passado nós não tínhamos para fazer uma gestão orçamentária mais precisa para atingir os objetivos pretendidos", disse Haddad.

Contas públicas

Ministro estima déficit primário de 0,1% do **PIB** em 2024, sem considerar gastos com socorro ao RS

Site: digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Governo estuda regra mais dura para gasto público

Jéssica Sant"Ana De Brasília

O governo estuda editar um decreto para estabelecer regra mais dura para execução dos gastos públicos neste início de ano, enquanto espera a aprovação do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) pelo Congresso.

A ideia é editar um decreto definindo que os ministérios só podem gastar um dezoito avos (1/18) do PLOA neste início do ano. Despesas de caráter inadiável, como aposentadorias, pensões e folha de pagamento, não entrariam nessa regra e poderiam ser executadas normalmente. Depois da aprovação do Orçamento, a execução dos gastos seguiria o ritmo normal.

O tema, segundo apurou o Valor, foi discutido na segunda-feira (6) à noite pelos ministros Fernando Haddad (Fazenda) e Rui Costa (Casa Civil). As discussões continuaram nesta terça-feira e a decisão será tomada nos próximos dias.

A equipe econômica tem estudado editar esse decreto como uma sinalização de austeridade fiscal, informou um membro da equipe econômica ao Valor. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) permite a execução de um doze avos do PLOA de 2025 enquanto a peça orçamentária em si não é aprovada pelo Congresso, mas, segundo essa fonte, "não seria prudente" adotar a regra de 1/12. Além disso, a permissão para gastar somente um dezoito avos demonstraria maior austeridade, num momento em que o governo precisa recuperar sua credibilidade fiscal.

Outras medidas para transmitir ao mercado financeiro o compromisso fiscal também estão sendo estudadas. São medidas acessórias, que não dependem de aprovação do Legislativo, explicou a fonte. Portanto, não se trata de um novo pacote fiscal.

Entre essas medidas complementares, o governo está preparando portarias e decretos para regulamentar o pacote fiscal aprovado pelos parlamentares. O objetivo é que a regulamentação garanta uma economia no mínimo de R\$ 69 bilhões em dois anos, mas técnicos da equipe econômica afirmam que há potencial para mais, pois o número é conservador. Eles negam que houve desidratação do pacote pelo Congresso.

A principal regulamentação será em relação ao Benefício de Prestação Continuada (BCP). Essa despesa tem crescido mais de 10% acima da inflação, e técnicos dizem que as mudanças aprovadas serão importantes para tentar trazer o número para "normalidade".

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188084?page=14§ion=1>

Haddad prevê alta de 3,6% no PIB e déficit primário de 0,1 %

Estevão Taiar e Jéssica Sant'Ana De Brasília

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou nesta terça-feira, 7, que o governo federal deverá fechar 2024 com crescimento de 3,6% do Produto Interno Bruto (**PIB**) e déficit primário de 0,1 % do **PIB**. Ele voltou a reconhecer a necessidade de o governo ser "diligente" no processo de ajuste fiscal neste ano, em meio ao quadro ex-temo "mais desafiador".

"Teremos em 2024 um crescimento econômico entre 3,4% e 3,6%. Nossa projeção é 3,6%", disse, em entrevista à GloboNews.

A projeção oficial mais recente da pasta para o crescimento da economia no ano passado, divulgada em novembro pela Secretaria de Política Econômica (SPE), é 3,3%. Já a estimativa mediana do mercado, segundo divulgado pelo Banco Central no Boletim Focus desta semana, é de alta de 3,49%. O BC projeta 3,5%.

Em relação ao déficit primário, a estimativa apresentada pelo ministro da Fazenda, se concretizada, fará com que o governo central cumpra a meta estabelecida, considerando o intervalo de tolerância. Sem levarem conta as despesas com as enchentes no Rio Grande do Sul, a meta de 2024 era de déficit zero, com intervalo de 0,25 ponto percentual do **PIB** para cima e para baixo.

O empoçamento financeiro de recursos e a suspensão das emendas parlamentares ajudaram o governo a se aproximar do déficit zero em 2024. Considerando os gastos com o Rio Grande do Sul, o déficit será de 0,37% do **PIB**, segundo Haddad. O resultado oficial das contas do governo central em 2024 deverá ser divulgado pelo Tesouro Nacional no fim deste mês ou começo de fevereiro.

Na entrevista, Haddad destacou uma série de números da economia brasileira em 2024: exportação de US\$ 182 bilhões em produtos manufaturados, recorde da série histórica; emplacamento de 2,6 milhões de veículos; crescimento de "dois dígitos" do estoque de crédito bancário. Segundo o ministro, a expansão da economia no segundo semestre em 2024 chegou a um patamar que "começou a preocupar pelo lado da **inflação** e pelas contas externas". Por isso, "foi feito um conjunto de medidas de contenção de

gastos".

O ministro reconheceu que o "desafio externo", com uma política monetária mais contracionista nos Estados Unidos do que prevista anteriormente, exigirá que o governo federal seja "diligente e mais cuidadoso do que nunca" no processo de ajuste fiscal. "Hoje o dólar está valorizado no mundo inteiro, e nós vamos aqui no Brasil sentir os efeitos disso", afirmou.

Segundo ele, o arcabouço fiscal, conforme aprovado pelo Congresso Nacional, é suficiente para que a dívida pública se estabilize e caia "em algum momento do futuro próximo". A dívida bruta do governo geral (DBGG) terminou novembro em 77,7% do **PIB**, segundo o BC. O número que representa alta de 6 pontos percentuais em relação ao começo deste mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). A Secretaria do Tesouro Nacional (STN) projeta que o indicador se estabilizará em 2027, quando alcançará 81,8% do **PIB**. Outros órgãos têm projeções mais pessimistas. A Instituição Fiscal Independente (IFI), órgão de monitoramento da política fiscal ligado ao Senado, calcula que o indicador continuará subindo ao longo da próxima década, atingindo 116,3% do **PIB** em 2034.

"Nós não fazemos pouco caso quando o Banco Central, o Tesouro alertam a administração sobre os riscos que nós estamos correndo", disse o ministro. "Mas é justamente em função desses exercícios que o governo age. O governo tem agido e vai continuar agindo."

Em sua última ata, o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC afirmou que "há elementos mitigadores concorrendo com o impacto" do ciclo de altas da taxa básica de juros sobre a atividade, entre os quais estão impulsos "fiscais mais fortes do que antecipados".

Ainda em relação ao BC, Haddad disse que terá "diálogo técnico" com Gabriel Galípolo, novo presidente da autoridade monetária. "Isso não significa que vamos concordar sempre. A decisão é dele e do Copom", frisou o ministro. "São nove pessoas que tomam uma decisão autônoma. Isso não vai mudar com o Gabriel [Galípolo]", completou.

Na entrevista, Haddad também disse que o governo

trabalha para que a **inflação** dos alimentos se acomode. "Pode demorar para a **inflação** dos alimentos ceder? Pode, mas o Ministério da Agricultura e Pecuária está trabalhando para que esses preços se acomodem", afirmou.

Ele disse que a **inflação** alta dos alimentos é um reflexo de questões sazonais, de problemas climáticos e da "escorregada" do dólar, mas afirmou que o índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) de dezembro indica possível movimento de redução dos preços dos alimentos. Conforme divulgado ontem pela Fundação Getulio Vargas, o indicador como um todo teve alta de 0,87% em dezembro, encerrando o ano passado com elevação de 6,86%.

Haddad disse também que, mesmo diante dos desafios, o Brasil deve chegar "bem" em 2026. "Espero que comendo até filé mignon", brincou.

Ministro diz que terá "diálogo técnico" como presidente do BC, Gabriel Galípolo

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188084?page=14§ion=1>

Milei busca destravar a economia da Argentina

Ciara Nugent Financial Times, de Buenos Aires

O presidente da Argentina, Javier Milei, começou a retirar as travas da economia protecionista do país por meio de cortes nas tarifas de importação, em uma tentativa de derrubar os altos preços de quase tudo no país, desde fritadeiras elétricas até aparelhos eletrônicos.

Os argentinos passaram a poder comprar na Amazon pela primeira vez e os supermercados começaram a abastecer suas prateleiras com produtos como latas de atum equatoriano e detergente para roupas Tide, à medida que o presidente libertário vai desmontando um emaranhado de **impostos** e regras que tornavam muitos produtos importados quase inacessíveis.

Uma air fryer Black Decker, que no varejo dos EUA custa US\$ 100, é vendida na Argentina a US\$ 289, segundo anúncios on-line de varejistas. Um vestido da Zara, que nos EUA custa US\$ 25, na Argentina é vendido a US\$ 67, enquanto um iPhone 15, da Apple, está à venda a US\$ 799 nos EUA e custa cerca de US\$ 2,8 mil na Argentina.

Já o salário médio argentino é de menos de 25% do americano.

Os argentinos também reclamam dos altos preços de mercadorias produzidas no país, como bens eletrônicos e roupas. Além da proteção contra concorrência externa, os produtores argentinos sofrem com alta carga tributária.

"Tudo é caro [...] e se percebe realmente a diferença na qualidade", disse Matías, de 42 anos, um funcionário público da prefeitura da capital Buenos Aires. "Sou a favor da indústria argentina, mas não a qualquer custo."

Com o objetivo de reduzir os preços ao consumidor e acelerar a queda da **inflação** anual, superior a 100%, o governo de Milei cortou as tarifas de importação de dezenas de produtos, desde cremes para acne até urnas funerárias.

O governo eliminou burocracias aduaneiras, como a regra que exigia a aprovação de representantes de fabricantes locais para a importação de certos produtos concorrentes estrangeiros.

O governo Milei também triplicou o valor anual que os argentinos podem gastar em compras internacionais para uso pessoal para US\$ 3 mil e isentou os primeiros US\$ 400 de tarifas. Em novembro, a Amazon começou a oferecer frete grátis à Argentina para certos produtos de sua loja nos EUA.

"Estamos reduzindo tarifas que sustentam o esquema desastroso de substituição de importações [pela produção local]", disse Milei em outubro. "Isso puniu toda a sociedade com bens e serviços de pior qualidade e a preços mais altos, para o benefício de poucos."

Em 22 de dezembro, o governo pôs fim à cobrança de um imposto geral de 7,5% sobre todos os bens importados e acabou com taxa de 30% sobre compras realizadas com cartão de crédito no exterior.

As mudanças orientam a Argentina na direção oposta à de grande parte do mundo. Nos últimos anos, países europeus e os EUA ergueram novas barreiras comerciais para proteger suas indústrias locais contra importações baratas da China e de outros países.

Empresas argentinas do setor industrial advertem que um aumento das importações pode devastar um setor que emprega quase 20% dos trabalhadores e já foi muito impactado pela crise econômica do país. A atividade industrial caiu 12,7% nos primeiros nove meses de 2024 em comparação ao mesmo período de 2023.

"As importações estão em alta, a demanda está em queda e nossos custos subiram", disse Pablo Yeramian, diretor da empresa têxtil Norfabril, que já demitiu 15% de seus 280 funcionários nos últimos meses. "Estamos tentando nos segurar, mas prevemos mais cortes."

Muitas empresas argumentam que o governo de Milei ainda precisa lidar com os altos **impostos** e a rigidez do mercado de trabalho, que fazem da Argentina um dos países mais custosos da América Latina para se fazer negócios. "Eles querem acabar com os obstáculos para as empresas estrangeiras, mas não eliminaram os obstáculos para mim", disse Yeramian. "Não estamos em condições iguais."

As reformas de Milei são a mais recente mudança de direção da economia argentina. Governos peronistas de esquerda, aliados aos sindicatos, adotaram tarifas e subsídios para promover a indústria local, enquanto governos de direita nos anos 1970 e 1990 eliminaram restrições, causando ondas de fechamentos de indústrias.

Milei disse que pretende liberar as forças de mercado para reorientar a economia da Argentina a setores nos quais o país tem vantagens competitivas: agricultura, mineração, energia e tecnologia, que somados empregam apenas 12% dos argentinos. Em novembro, Cristina Kirchner, ex-presidente e líder da principal facção peronista, disse que Milei "quer nos reduzir de novo a uma simples colônia exportadora de matérias-primas e o resto que se dane".

O governo de Alberto Fernán-dez, antecessor peronista de Milei, blindou ainda mais a economia e a tornou mais fechada em décadas, com medidas voltadas a proteger as escassas reservas internacionais, o que limitou a capacidade das empresas de pagar fornecedores externos. As restrições desestabilizaram seriamente fabricantes e varejistas e resultaram na escassez de alguns bens, como pneus.

"A única forma de importar algo era se você conhecesse alguém no governo a quem pudesse pagar por baixo da mesa para furar a fila", disse Ricardo Martinoglio, CEO da rede de lojas de ferramentas Lüsqtuff, que importa e renomeia a marca de seus produtos.

O governo Milei solucionou esses problemas no início de 2024 ao acabar com os longos tempos de espera para pagamentos e criar um título de dívida em dólar para ajudar as empresas a quitar as dívidas com fornecedores externos.

Agora, segundo Martinoglio, os cortes nas tarifas de importação promovidos pelo governo permitirão deixar de remarcar os preços, apesar da **inflação** mensal ainda alta da Argentina, de 2,4%. "Minha furadeira custará o mesmo daqui a dois meses, mas o seu salário terá aumentado", disse, referindo-se aos ajustes salariais regulares que acompanham a **inflação**.

Manuel Sánchez Gómez, diretor da maior varejista de eletrônicos da Argentina, Frávega, disse que a reabertura da economia promovida por Milei e a estabilização macroeconômica dos últimos meses "melhoraram muito" as perspectivas de negócios. "Nosso horizonte de planejamento passou de cerca de dois meses para três anos."

Por sua vez, Miguel Guerendiain, que gerencia a pequena empresa de roupas, disse **temer** que as mudanças econômicas estejam acontecendo rápido demais. "Há um ano, não conseguíamos encontrar zíperes com todos os problemas. Passar disso a uma economia aberta seria um erro."

Ele disse que os **impostos** representam 40% do preço que cobra por seus produtos e defendeu a necessidade da tarifa atual de 35% sobre roupas para poder competir.

Julio Rodriguez Rabellini, economista da Câmara de Comércio da Argentina, disse que o peso total da indústria na economia "provavelmente diminuirá" no governo Milei, mas destacou que o governo vem agindo com "bastante cuidado", observando que só reduziu as tarifas, em vez de eliminá-las completamente.

Os planos de Milei estão sendo limitados pela participação da Argentina no Mercosul, que impõe tarifa comum de até 20% sobre bens externos e permite apenas um número limitado de isenções de tarifas. Milei chamou o Mercosul de "prisão" durante reunião de cúpula de novembro.

Segundo um funcionário da Secretaria de Indústria e Comércio da Argentina, o governo reduzirá **impostos** internos quando puder fazê-lo "sem quebrar o equilíbrio fiscal", o alicerce do programa econômico de Milei, e alegou que Muitos dos **impostos** pagos pelos fabricantes foram criados pelas **províncias** do país. (Tradução de Sabi-noAhumada)

"Importações estão em alta, demanda está em queda e os custos subiram" Pablo Yeramian

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188084?page=14§ion=1>

Salto nas importações eleva déficit comercial dos EUA

O déficit comercial dos EUA aumentou em novembro, refletindo o maior salto nas importações desde março de 2022, com as empresas acelerando os embarques antes de uma greve dos estivadores e em antecipação a potenciais tarifas do novo governo Trump.

Como resultado, o déficit comercial aumentou 6,2% em relação a outubro, para US\$ 78,2 bilhões, segundo dados do Departamento do Comércio. No geral, o resultado ficou em linha com a expectativa dos analistas.

O valor das importações americanas aumentou 3,4% no mês, para US\$ 351,6 bilhões. As exportações aumentaram 2,7%. Os números não são ajustados pela **inflação**.

O maior déficit comercial dos EUA é com a China, que atingiu US\$ 25,4 bilhões em novembro, seguido pela União Européia (déficit de US\$ 20,5 bilhões) e o México (déficit de US\$ 15,4 bilhões).

Desde sua vitória eleitoral em novembro, Trump vem ameaçando a China e países aliados que irá usar as tarifas como instrumento para reduzir o déficit comercial americano. Ele já sinalizou uma tarifa de 25% sobre todos os produtos do México e Canadá e uma tarifa adicional de 10% sobre produtos da China.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188084?page=14§ion=1>

Reprovação a atos de 8/1 mostra solidez da democracia (Editorial)

Dois anos depois de o país assistir atônito à invasão e à depredação das sedes dos Três Poderes em Brasília, a democracia brasileira dá sinais de solidez. Apesar da polarização que hoje divide a política nacional, a ampla maioria da população continua reprovando o mais grave ataque à ordem legal desde a ditadura militar. A avaliação é prova da resiliência das instituições e da seriedade das investigações, que já culminaram no indiciamento do ex-presidente Jair Bolsonaro e de importantes membros do alto escalão de seu governo, para punir os responsáveis pelas cenas que chocaram o Brasil e o mundo em 8 de janeiro de 2023.

Os dados que atestam a ojeriza nacional ao ataque em Brasília e a preferência pelo regime democrático constam em um levantamento divulgado pela Quaest, que ouviu quase 8,6 mil eleitores no início de dezembro. Segundo a pesquisa, 86% da população reprovava os atos de vandalismo cometidos por extremistas contra o Congresso Nacional, o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Palácio do Planalto. Embora tenha havido uma leve queda em relação à pesquisa realizada há um ano, quando 89% dos entrevistados condenavam a invasão, o índice permanece alto, mesmo com extensa campanha de oposição para minimizar o atentado e anistiar os envolvidos.

O que mais surpreende, porém, é que a reprovação à trama golpista constitui um raríssimo consenso entre os dois polos que dominam a política brasileira atualmente. Entre os eleitores de Bolsonaro, 85% desaprovam os atos de violência há dois anos em Brasília, o mesmo percentual contabilizado em 2023, o que contraria uma esperada tendência de relativização do episódio com o passar do tempo. Um índice similar foi registrado entre os que votaram no presidente Luiz Inácio Lula da Silva (88%), uma queda em relação aos 94% do levantamento anterior.

A quase unanimidade nacional em torno de um tema tão delicado é certamente resultado da resposta institucional ao que ocorreu. Entre o primeiro aniversário da tentativa de golpe e hoje, as investigações da Polícia Federal (PF) tiveram avanço significativo e mostraram ao país, com robustez de provas, que o que se viu em Brasília foi muito mais que um movimento espontâneo de manifestantes inocentes e sem liderança, ludibriados pelas notícias

falsas de que as umas haviam sido fraudadas ou indignados com a vitória de Lula.

Houve planejamento meticuloso para criar um ambiente de caos, a partir do qual as Forças Armadas seriam estranguladas a intervir, com apoio das altas hierarquias dos quartéis e das polícias, para afastar do poder os que haviam sido legitimamente eleitos, em benefício de Bolsonaro e seu entorno. As 884 páginas do extenso relatório da PF ainda revelaram ao país que constavam na trama golpista planos para assassinar Lula, o vice-presidente Geraldo Alckmin e o ministro Alexandre de Moraes, do STF.

Fora as mais recentes investigações da PF para esclarecer quem foram os mentores da tentativa de golpe de Estado, avança também no STF o trabalho para punir os que participaram dos ataques às sedes dos Três Poderes. Desde 2023, a Corte já condenou 371 acusados de participação na invasão, segundo um balanço divulgado pelo gabinete de Moraes, relator dos casos. Destes, 225 foram considerados executores e 146, incitadores. Outras 527 pessoas fecharam acordo de não persecução penal, o que possibilita o cumprimento de medidas alternativas à prisão. Cinco foram absolvidas e seis morreram antes de serem julgadas.

Cabe agora ao procurador-geral da República, Paulo Gonet, decidir se apresentará denúncia ou não contra Bolsonaro e outras 38 pessoas incluídas no extenso relatório da PF, entre elas aliados políticos, ex-ministros e militares, como Walter Braga Netto, o primeiro general quatro estrelas a ser preso na história do país. Mesmo com certo clamor popular para que os casos avancem com celeridade, é preciso evitar o revanchismo e respeitar o devido processo legal, dando amplo direito de defesa aos eventuais réus.

O retomo de Donald Trump ao poder nos Estados Unidos, após escapar praticamente ileso de responsabilização por incitar episódio similar ao ocorrido em Brasília, e o avanço de grupos extremistas na Europa são lembretes de que mesmo democracias consideradas consolidadas estão sob ameaça, em um momento em que o mundo vive uma combinação de baixo crescimento econômico, **inflação** alta e tensões geopolíticas. A fraude eleitoral na Venezuela, que será concluída com a posse de Nicolás Maduro no fim desta semana, também serve de alerta de que a

tendência ao autoritarismo não é exclusiva da direita.

Embora a reprovação esmagadora da população brasileira ao 8 de janeiro seja motivo de comemoração, é preciso lembrar que a defesa da democracia é um ato constante. Em contraste com o levantamento da Quaest, recente Pesquisa Datafolha mostrou que o apoio à democracia como a melhor forma de governo no Brasil caiu de 79% em 2022 para 69% no ano passado. É momento de os defensores da democracia em todos os espectros políticos deixarem de lado as divisões e celebrarem a solidez de nossas instituições.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188084?page=14§ion=1>

PIB do agro deve voltar a crescer em 2025

Cibelle Bonças De Belo Horizonte

Se em 2024 o agronegócio atuou como um freio da economia brasileira, com uma queda de 3%, este ano o setor deve voltar a impulsionar o Produto Interno Bruto (**PIB**) do país. As previsões são de crescimento do **PIB** agropecuário entre 3% e 5,5% em 2025, um desempenho ainda bem abaixo dos 16% de aumento registrado em 2023, mas uma retomada em relação ao ano passado.

Para a MacroSector Consultores, o **PIB** agropecuário deve ter crescimento de 3% em 2025. A MB Agro estima aumento de 3,6%. O Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre) e a EGA Consultores projetam um avanço de 4% a 4,5%. O Santander estima 4,8% de aumento e o Bradesco, de 5,5%.

O resultado deve ser impulsionado pelo aumento da produção agrícola, pelos preços em alta de commodities como café, cacau, suco de laranja e por ganhos com a queda do real em relação ao dólar, que torna os produtos brasileiros mais competitivos na exportação.

Na pecuária, há expectativa de elevação nos preços no mercado interno e demanda firme para as carnes bovina, de frango e suína, no Brasil e no exterior, com possíveis reflexos positivos no **PIB**.

Economistas ponderaram, no entanto, que crescimento do **PIB** agropecuário não significa necessariamente maior rentabilidade para os produtores. E em um cenário de juros mais altos e oferta de crédito ainda escassa é essencial ter cuidado na gestão do capital.

"A grande lição de 2024 é que o agronegócio é eficiente, mas o excesso de alavancagem financeira dá vulnerabilidade, por melhor que seja o setor. Quem se alavancou demais enfrentou dificuldades", afirmou José Roberto Mendonça de Barros, sócio da MB Agro. O economista observa que a agricultura brasileira é majoritariamente de sequeiro, o que significa riscos mais elevados por causa do clima.

Mendonça de Barros considera que, a médio prazo, o setor deve apresentar um salto na produtividade com o amadurecimento de tecnologias, com avanços na agricultura de precisão, agricultura regenerativa, biotecnologia, gestão de dados, nos biocombustíveis. "Esse salto exige recursos e capacidade de gestão. O

balanço das empresas tem de estar saudável para que elas se beneficiem desse salto", acrescenta Barros.

Os extremos climáticos que afetam a produtividade das lavouras e tornam menos previsível o retorno financeiro é outro fator a ser considerado, segundo Rodrigo Gallegos, sócio da consultoria RGF e especialista em reestruturação de negócios. Com esse cenário e o aumento da inadimplência, os bancos limitam o acesso ao crédito rural, dificultando ainda mais a operação do produtor e elevando o risco de insolvência das empresas.

Silvia Matos, pesquisadora e coordenadora do Boletim Macro do FGV Ibre, acrescenta que o custo de crédito elevado encarece os investimentos em insumos e equipamentos. "Apesar de mais produção de grãos, vai ser uma vida mais dura para o produtor. O custo do endividamento vai ser maior. O lucro vai ser mais difícil de ser atingido nesse contexto", afirma.

No mercado interno, há ainda preocupação com a persistente **inflação** de alimentos. "A proteína tem um peso muito alto na **inflação** doméstica, então vai ser um ano de **inflação** de alimentos alta. Tem também o efeito do câmbio que afeta os preços domésticos", observa a pesquisadora. No segundo semestre, o risco é uma rápida desaceleração da economia com o aperto monetário.

"Vai ser um ano de retenção de abate de bois, o que se reflete em preços. E as cotações já se valorizaram em 2024 por causa de uma demanda grande da China e dos Estados Unidos. Esse cenário também deve influenciar nos preços das outras proteínas", diz Francisco Pessoa Faria, economista sênior da LCA Consultoria Econômica.

Fábio Silveira, sócio-diretor da Macro Sector Consultores, projeta um crescimento de 3% no **PIB** agropecuário em 2025, com aumento de 10% na receita agrícola, que deve somar R\$ 976 bilhões. Segundo ele, o desempenho deve ser favorecido pelo aumento da produção de grãos e melhora na rentabilidade com a redução em custos de insumos. Pelos cálculos do economista, café e cana devem ter maior receita, reflexo, respectivamente, da alta nos preços internacionais e do maior volume na produção.

Do lado da oferta, a perspectiva é de uma safra maior, resultado do aumento de área e ganhos de produtividade com o clima mais favorável. "O complexo soja vai ter um desempenho positivo em

volume de produção, mas há preocupação em relação ao preço, com uma safra global cheia", afirma Faria.

Outro receio é com a colheita concentrada, que pode encarecer os fretes e ficar sujeita a perdas se houver chuva excessiva no período. Na visão do analista da LCA, "a preocupação depois disso é com a condição financeira do produtor. O **PIB** agropecuário aumenta, mas não necessariamente a renda do produtor cresce. Isso pode prejudicar a capacidade de expansão em 2026".

No mercado externo, a expectativa é de demanda aquecida. "O Brasil vem numa tendência de ampliação de mercados e isso vai continuar", diz Mendonça de Barros, citando um acordo de compra de café brasileiro entre 2025 e 2029 pela rede de cafeterias Luckin Coffee, a maior da China. Segundo o Ministério da Agricultura, o Brasil conseguiu 224 aberturas de mercado só ano passado.

Além da procura, o real desvalorizado em relação ao dólar também deve favorecer os embarques brasileiros. "Mesmo em setores que tiveram queda de preços, com esse câmbio, os preços estão bem decentes", observa Barros.

Mas também há riscos vindos do exterior. Entre eles os efeitos da eventual imposição de mais tarifas de importação pelo novo governo Donald Trump. Isso pode elevar a **inflação** nos EUA, gerando pressão para o Federal Reserve aumentar os juros. "O risco maior vem dessa combinação de juros mais altos e dólar valorizado", diz Barros. Por outro lado, a imposição de tarifas sobre a China, que importa soja americana, poderia favorecer as compras do grão brasileiro.

Com cautela, os economistas também esperam que haja um cessar-fogo nas guerras que assolam o Oriente Médio e a Ucrânia. Isso levaria a uma queda nos preços do petróleo, com efeito em fertilizantes, fretes, seguros e outros insumos agropecuários.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188084?page=2§ion=4>